

## Orlando Caliman

É economista e escreve às quintas-feiras neste espaço

E-mail: ocaliman.vix@gmail.com

/// Foi o Plano Real que fez o país encontrar as condições favoráveis e o seu caminho para a estabilidade e o desenvolvimento econômico e social

# Reinvenção do real

Parte considerável da população brasileira não teve a oportunidade de sentir na “pele” os efeitos nefastos de um processo hiperinflacionário como o ocorrido por várias décadas no Brasil, até 1994. São felizardos. Imaginemos conviver com uma inflação anual de 2.700%, percentual que foi registrado no ano de 1993. Hoje, não somente seria inimaginável, como também praticamente inconcebível, até abominável.

Foi o Plano Real que fez o país encontrar as condições favoráveis e o seu caminho para a estabilidade e o desenvolvimento econômico e social. Tivemos inegavelmente como resultado um percurso de aproximadamente 20 anos de crescimento econômico e melhorias das condições gerais de vida da população. Sem precedentes na nossa história, é importante registrar. Porém, nos últimos anos, o país não somente retrocedeu na sua trajetória como desviou-se do rumo, numa situação de quase “deriva”. Isso, em razão da adoção de políticas econômicas desastrosas e total descuido com os gastos públicos.

Fazendo um paralelo com o ambiente de hiperinflação que antecedeu o Plano Real, podemos dizer que o que temos hoje é um “estado” de hiperdimensionamento do gastos públicos, que gera sucessivos e

crecentes déficits nas contas públicas. Se lá atrás tínhamos a presença da força inercial da inflação, agora temos o impulso, também inercial, qual “bola de neve”, dos gastos públicos.

Lá atrás, para aniquilar a força inercial da inflação, aquela força que fazia com que a inflação passada se projetasse para o futuro de forma autônoma e crescente, foi adotado um mecanismo inédito, a URV (Unidade Real de Valor). Uma espécie de indexador da moeda oficial na época, o Cruzeiro Real. Em resumo, a URV fez a passagem bem sucedida entre uma moeda totalmente desacreditada e corroída, o Cruzeiro Real, para uma moeda estável, o Real.

O grande, senão o derradeiro, desafio agora é criar um mecanismo que provoque a quebra da força inercial que impulsiona os gastos públicos. A princípio, parece ser essa a estratégia do governo com a proposta de ajuste fiscal a ser levado a efeito por meio de Emenda Constitucional, que deverá ter a aprovação do Congresso Nacional para a sua efetivação. O que o governo federal propõe é criar tetos de gastos e de reajustes num horizonte de 20 anos, com gatilho de flexibilização após o nono ano. Não é tarefa fácil, principalmente tendo em vista o contexto político extremamente fragmentado e o ainda baixo poder de protagonismo do executivo federal.

Todavia, a condição “suficiente” para se vencer a força inercial obsessiva da carga dos gastos públicos somente se efetivará repensando-se e reinventando-se o Estado brasileiro. A sociedade brasileira precisa discutir o tamanho de Estado possível. O momento é oportuno.